

TERRITÓRIO, DINHEIRO, IMPERIALISMO E O GOLPE DE 1964 NO BRASIL

Lorena Nunes de Souza¹

Resumo:

O propósito desse artigo é relacionar as noções de território, dinheiro, imperialismo e a conjuntura do golpe militar de 1964 no Brasil a partir de Milton Santos e Mario Pedrosa. Analisando a categoria de território, ditadura do dinheiro desenvolvidos por Santos, pretendemos verificar como se deu a relação entre o imperialismo norte americano e as implicações internas e externas para o Brasil da imposição do regime militar. Para isso trazemos a análise em que Pedrosa apresenta dados importantes para comprovar a situação política subalterna a qual o governo brasileiro opta; posição afirmada, com apoio norteamericano, através do golpe. É uma crítica aberta, em pleno regime, ao governo militar e a política imperialista norte-americana que redefinindo juridicamente o conceito de interdependência, a “nova soberania” sobre a independência, com a anuência do Brasil, os Estados Unidos proclamam contra a ideia de preservação das fronteiras físicas e políticas velando, por um discurso de solidariedade entre irmãos, seus propósitos imperialistas e implementando um acordo desproporcional.

Palavras chaves: TERRITÓRIO, DINHEIRO, IMPERIALISMO E O GOLPE DE 1964 NO BRASIL

Nesta análise, pretendemos relacionar as noções de território, dinheiro, imperialismo e a conjuntura do golpe militar de 1964 no Brasil a partir de Milton Santos e Mario Pedrosa. Analisando a categoria de território, ditadura do dinheiro, desenvolvida por Santos, pretendemos verificar como se deu a relação entre o imperialismo norte-americano e as implicações internas e externas para o Brasil da imposição do regime militar. Para isso, procuramos expor partes das reflexões apresentadas por Mario Pedrosa, em *A Opção Brasileira*, em que ele apresenta dados importantes para comprovar a situação política subalterna pela qual o governo brasileiro

¹ Mestranda em História – 2011. Universidade Federal de Goiás.. lorenansouza@hotmail.com.
Orientador: Prof. Dr. João Alberto da Costa Pinto

opta; posição afirmada com apoio norte-americano, através do golpe. É uma crítica aberta, em pleno regime, ao governo militar e à política imperialista norte-americana que, redefinindo juridicamente o conceito de interdependência, a “nova soberania” sobre a independência, com a anuência do Brasil, os Estados Unidos proclamam contra a ideia de preservação das fronteiras físicas e políticas, velando, por um discurso de solidariedade entre irmãos, seus propósitos imperialistas e, também, implementando um acordo desproporcional.

Em seguida, apresentaremos os conceitos analisados por Milton Santos em seu ensaio *O dinheiro e o território*, no qual o autor demonstra como se dá a relação entre o território e o dinheiro e como essa relação sofre uma inversão ao longo do tempo a partir da complexificação das relações de troca e como o Estado sofre os efeitos ditatoriais impostos pelos governos globais com auxílio das técnicas de informações, acabando por tornarem-se ingovernáveis por si mesmos, configurando um território desprovido de autonomia político-econômica. Por fim, procuraremos perceber como os conceitos apresentados por Milton Santos possibilitam trazer uma nova abordagem para as reflexões de Pedrosa.

Segundo Pedrosa, a crise política no Brasil, que resultou na ascensão do governo militar em abril de 1964, tem um significado determinante no processo de anulação do compromisso norte-americano de não intervenção em assuntos latino-americanos. Nesse sentido, o Golpe selou uma postura de apoio irrestrito do governo brasileiro à retomada da política imperialista norte-americana no Continente. O autor dá o exemplo da invasão, no ano seguinte, dos fuzileiros norte-americanos à República Dominicana seguido de um contingente de militares do Brasil, atitude que simbolizava a aprovação do governo brasileiro ao princípio da intervenção e à afirmação, por parte dos Estados Unidos, de forma mais contundente de que não permitira regime sequer nas Américas que não estivessem em acordo com os interesses de Washington.

O Brasil é o desertor da América Latina, qualifica Pedrosa; cita ainda um documento, o “relatório anual da Subcomissão das Relações Exteriores do Congresso Americano”, elaborado por ocasião das comemorações do golpe em abril de 1965, no qual é exaltada a forma pacífica com que o regime fora implementado, o lugar do Brasil como parceiro do capital estrangeiro, sem esquecer os alertas ao perigo do comunismo cubano e a necessidade de se colocar em prática maiores projetos de combate a esse insurreto. Além disso, o relatório evidencia a necessidade de prontidão dos Estados

Unidos aos necessários reforços em pessoal e material para essa luta que, sem dúvida, iriam muito além das intervenções militares, num sentido ideológico mais profundo de que o estilo de vida norte-americano devia ser o modelo seguido especialmente por seus vizinhos, o que iria de encontro, evidentemente, ao desejo norte-americano de total intervenção nos assuntos latino-americanos.

Pedrosa afirma que a tentativa do governo norte-americano de institucionalizar, por determinações jurídicas, o conceito de “interdependência”, regulamentando o comércio entre os Estados Unidos e os demais países do Continente, veio como golpe decisivo no conjunto de manipulações para sujeitar os países latino-americanos. A esse respeito, o governo do marechal Castelo Branco satisfez completamente o sentido deste conceito, na medida em que declarou ser incapaz de conservar a soberania do país, no ponto de vista de uma política externa independente, declarando sua lealdade à Washington e reivindicando para o país o apoio norte-americano, submetendo-se oficialmente e sem reservas à sua política imperialista. O governo direciona, então, parte de suas energias em abrandar a opinião pública nacional e os setores militares nacionalistas, apresentando com naturalidade a proposta de substituição do conceito de *independência* pelo de *interdependência*, pelo respeito, a partir de então, a uma política social comum que na prática estava regido pelo domínio dos Estados Unidos.

Pedrosa apresenta as raízes deste conceito de “interdependência”, o qual o governo brasileiro está a proclamar. Não veio do marechal Castelo Branco, diz o autor, mas, sim, de Mr. Foster Dulles, um obstinado imperialista cujas concepções de comunismo, nacionalismo e egoísmo eram categóricas e totalmente alinhadas, algo que devia ser combatido. Defendia, ainda, que os Estados nacionais não fossem soberanos, mas “interdependentes”, o que significava alinhar-se aos Estados Unidos; e, para isso, afirma ainda Pedrosa, o governo brasileiro não mediu esforços. Assim, ao rejeitar a preservação das fronteiras físicas e políticas, advogando em nome dessa “interdependência”, de um sistema político-social comum, conforme evidencia o autor, o governo brasileiro está a decretar a supressão da autoridade nacional do próprio continente, entregando-o aos Estados Unidos. Para isso, empreendem juntos um projeto de alteração dos estatutos da OEA (Organização dos Estados Americanos), institucionalizando e simulando regulamentos jurídicos em que, na prática, se assegura o livre acesso dos *marines* norte-americanos a qualquer território na América Latina.

Pedrosa critica o caráter desigual dessa aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, a qual configura um protetorado em que o governo brasileiro renuncia, assim,

ao atributo natural do Estado de representar a vontade do povo, abdica de sua soberania para firmar um laço desproporcionado e, em troca de créditos e capital, condena-se a aquiescer cegamente ao governo de Washington em suas determinações. Defende ainda que acordos se fazem entre Estados que possuem forças equivalentes como entre Brasil e México, e não entre Estados Unidos e Honduras, por exemplo.

Em que resultaria esse acordo afinal? Conforme Pedrosa responde, o esforço do governo brasileiro em redefinir e defender o conceito da “nova soberania” representaria a supressão da autoridade absoluta do Estado sobre si mesmo em defesa de Estados interdependentes submetidos a um princípio de soberania ideológica. Por vias mascaradas, a OEA, ou melhor, a “neo-OEA”, seria não mais um organismo de Estados livres em que os Estados Unidos não pudessem intervir, por exemplo, mas estariam, sim, obrigados a defender e a orientar-se pelo capitalismo imperialista, cujas armas norte-americanas estariam a postos para garantir o êxito e a integridade dessa ideologia, completamente contrária ao princípio da democracia e desses Estados ideológicos. Nesses termos, para qualquer ameaça externa, ou de outra ordem, à soberania ideológica dessa “confederação”, não haverá entraves a operações militares norte-americanas, pois que tudo poderá ser justificado como apoio entre afins.

Pedrosa nos conta que para garantir essa soberania ideológica para além da América Latina, os Estados Unidos propuseram a revitalização de outros instrumentos como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a OTASE (Organização do Tratado da Ásia e do Sudeste), no intuito de que essas alianças se estendessem também aos domínios britânicos na América e Ásia, cooptando, ainda, África e Oceania, e, em face desse “regime de absolutismo ideológico”, fosse, assim, suprimindo a ideia de fronteira.

Afirma, também, que a situação dos países subdesenvolvidos é o ponto fraco dos imperialistas, sobretudo o norte-americano, pois a ideia de soberania ideológica se vincula à noção de guerra revolucionária, concebida para permitir aos imperialistas a possibilidade de deter o avanço dos movimentos de libertação nacional dos povos coloniais. Nesse sentido, o objetivo é ainda promover o isolamento do Continente. Preocupa a participação de países latino-americanos em organizações como a ONU, que os coloque em contato nocivo com outros subdesenvolvidos sob o perigo de “contaminação” vermelha – daí a OEA ser um organismo isolador desse Continente, fortalecido e em oposição a ONU.

O governo brasileiro proclama, ainda, o discurso de que o fortalecimento da OEA seria a garantia de voz ativa para as Américas, uma vez que a ONU, inclinada aos subdesenvolvidos, poderia favorecer os países afro-asiáticos. A política externa brasileira age como se estivesse fora do quadro de subdesenvolvimento graças a essa ideologia de um sistema interamericano, rompendo, assim, com seus pares num momento em que devia unir com eles forças para enfrentar os países industriais e ricos sob a liderança norte-americana que impõe seus próprios interesses.

Pedrosa apresenta uma questão que, segundo ele, surge naturalmente do estado das coisas: “Esteve o governo americano presente ao golpe de 1 de abril de 1964?” E, então, procura responder apresentando as circunstâncias. Aponta para a forte e cada vez mais dura presença norte-americana nos assuntos da América Latina, especialmente em relação ao Brasil; lança mão dos argumentos do jornalista John Gerassi, nos quais este afirma a preocupação dos Estados Unidos com a possível vitória política dos nacionalistas nas eleições de 1965, bem como o forte risco de desapropriação das companhias norte-americanas se tal fato ocorresse. Além disso, indica o perigo que representavam para os interesses dos Estados Unidos as incertezas em torno de Goulart, ao qual se atribuía intenções de comprar petróleo soviético em detrimento de uma fornecedora norte-americana lotada na Venezuela. Este autor diz, ainda, que o governo norte-americano tem se dedicado frequentemente a conspirações contra governos populares em todo o mundo; através de ideias orientadoras contra a infiltração comunista e pelo fortalecimento da OEA.

Pedrosa é enfático ao ressaltar que a recusa norte-americana ao próprio Goulart foi determinante para sua queda e que, embora talvez não houvesse as provas materiais que o permitissem afirmar diretamente o “*sim*” para a questão, as circunstâncias o diziam: o imperialismo americano, somado à classe de proprietários latifundiários e às Forças Armadas, compôs uma corporação que criou os fatores decisivos para o golpe.

O próprio Goulart já havia tomado consciência dessas forças maiores que conspiravam para o depor por ocasião do levante da classe latifundiária rural de Minas Gerais ameaçada em seus interesses, por ocasião do anúncio das reformas de bases, e cujas advertências haviam sido feitas pelo então governador mineiro Magalhães Pinto. Nessa ocasião, havia forte indício de uma guerra civil com intervenção militar norte-americana em favor do grupo mineiro.

Este grupo representante dos interesses da ordem privada no Brasil, diz Pedrosa, consegue mobilizar outros setores sociais – como as classes médias e a pequena

burguesia, beneficiados, sobretudo, pela desvalorização da moeda e pela propaganda anticomunista – a irromperem contra as classes proletárias das grandes cidades. Apenas um pequeno grupo, ou seja, parte da *intelligentzia* e da burocracia brasileira, além dos camponeses, estes verdadeiramente agitados, diz o autor, vai noutra direção; o restante, reafirma, a grande maioria adere ao discurso da tradição e dos bons costumes, tem medo do comunismo e odeia qualquer um que possa representá-lo, engendrando um forte radicalismo mais psíquico do que político e sem precedentes. Situação a qual o próprio governador Magalhães Pinto bem o avaliou poderia desembocar em consequências decisivas ao dizer que, caso não houvesse uma solução equilibrada para os impasses políticos, em breve o país estaria às portas de uma revolução ou de um golpe de Estado. Fato que não tardou a ocorrer e certamente o governador não previra, diz Pedrosa, que ele mesmo mais tarde acabaria sendo arrastado pela conjuntura radicalizada da “guerra psicossocial”, anticomunista irracional, fanatizada e bem plantada por setores estratégicos das Forças Armadas e do Pentágono e se converteria em chefe do grupo civil do golpismo de direita, apoiado diretamente pelos generais conspiradores.

Vem o comício de 13 de março no Rio de Janeiro em frente à Central do Brasil, a massa trabalhadora apresenta-se numerosa e vibrante, o êxito do comício e as conclamações do presidente à manifestação popular em favor das reformas provocam o acirramento e a ofensiva da marcha conspiratória militar-burguesa, afirma Pedrosa, que, de um projeto de contenção de Goulart até as eleições de 1965, passam ao objetivo de sua deposição. Nas ruas, a agitação, especialmente em Belo Horizonte e São Paulo, eclode e a pequena-burguesia paulistana reage estarrecida. No meio operário, as notícias ecoaram com satisfação e expectativa positiva nos projetos do presidente. Pairava entre as massas um forte sentimento de confiança em relação ao discurso progressista e ao posicionamento de Goulart.

Surpreendidos pelo discurso da Central em São Paulo organiza-se a “marcha com Deus pela Liberdade”; nos altos círculos militares e civis que conspiravam, o numeroso movimento passou a representar o desejo do povo brasileiro pela deposição de João Goulart, agora visto como um comunista e inimigo de Deus e da família, ironiza Pedrosa. Afirma, também, que essa situação permitiu distinguir claramente a massa das classes médias, pouco proletarizada, e a massa proletária em si, esta a favor das reformas juntamente com as camadas intelectuais qualificadas. Além disso, conclui o autor a esse respeito, o significado emblemático da “Marcha” reside no fato de ter encoberto completamente o golpe conspiratório por parte do Estado maior militar e

civil, apesar de que na realidade, pouco representasse em termos de vontade de todo o povo brasileiro. Milhões de brasileiros pobres no campo e outros trabalhadores nas cidades nem de longe se representavam nesse movimento reitera Pedrosa.

Segundo o autor analisa ainda, já no dia 3 de abril, as populações burguesa e pequeno-burguesa que se organizaram na marcha de 19 de março desfilavam nas ruas para comemorar o levante militar, como se fosse a vitória daquele movimento. Porém, o autor faz uma curiosa ressalva; se o espírito do fanatismo ideológico atingiu boa parcela da sociedade burguesa, manipulada pela velha classe dominante e pelos generais conspiradores, não afetou o ânimo legalista do Exército brasileiro que, mesmo às portas do levante, permaneceu solidária ao presidente Goulart. Pedrosa diz categórico: “O Exército brasileiro era, realmente, legalista e democrático. [...] De todas as fontes a informação é unânime quanto ao espírito legalista da tropa” (PEDROSA, 1966: 139). Dá o exemplo do general Jair Dantas que, juntamente com quase toda a tropa, entendia que o presidente poderia agir como quisesse, desde que se mantivesse dentro dos parâmetros constitucionais. Se não lançasse mão da violência, estimulasse os sindicatos às greves gerais, evitasse as eleições democráticas e se colocasse ostensivamente ao lado do Partido Comunista, mal algum havia em incitar a população às manifestações pacíficas para pressionar o Congresso a aprovar as reformas de base. Foi nesse sentimento que muitos ministros militares compareceram ao comício da Central. O próprio general Castelo Branco forçosamente admitia que nada havia de violador nos procedimentos do presidente, embora mantivesse mais forte que isso o desejo oculto de depor o governo janguista, tanto assim que o general Jair Dantas, em sua lealdade à legalidade, foi o primeiro a ser castigado após o golpe.

A partir da observação de um deputado conservador e membro da conspiração, o coronel Costa Cavalcanti, Pedrosa nos diz que pesou sobre a constitucionalidade do presidente três fatores decisivos que desencadearam uma reviravolta no espírito legalista de muitos oficiais no Exército; a saber, a intentona dos sargentos em setembro de 1963, a intenção fracassada do presidente em decretar o estado de sítio no início de outubro do mesmo ano e a rebelião dos marinheiros amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos em março de 1964, cujas declarações proclamam que o governo havia apoiado o fato. Esses episódios acabaram por provocar grandes tensões e dissidências no meio militar, seja na Marinha, na Aeronáutica e no próprio Exército, impedindo que o general Jair Dantas pudesse manter as garantias de segurança do governo.

Contudo, Pedrosa conclui que, na verdade, Goulart manteve-se uma postura legal o tempo todo, que, por seu projeto de reformas de base, especialmente a reforma agrária, transformou-se num líder apoiado em bases populares que ansiavam por estas transformações profundas, fato que causou tal temeridade ante seu governo, tanto internamente pelos grupos conservadores quanto do ponto de vista externo, especialmente os Estados Unidos que antes mesmo de empenhá-las, é derrubado do poder. Os conspiradores aproveitaram-se dos eventos caóticos entre os elementos civis e militares para conseguir o apoio e as armas e para justificar que agiam em nome do restabelecimento da ordem e da disciplina, cujo inimigo fora personificado na figura do presidente. Entretanto, a verdade era que as reformas de base representavam a tarefa histórica e necessária de transformação, a qual o presidente assumira e esta contrarrevolução, que o depôs em 1º de abril, destinava-se a fins outros que logo se revelaram após essa vitória. A imposição do regime militar representou então a afirmação dos interesses norte-americanos sobre o Brasil e de um modo geral sobre todo o Continente. Toda a política econômica esteve a partir de então orientada nesse pensamento que Pedrosa chama de colonialista a partir do pensamento imperial metropolitano.

Analisando algumas considerações metodológicas de Milton Santos sobre território e dinheiro, buscamos compreender a situação do país à época do golpe nas condições apresentadas por Pedrosa sob essa nova abordagem. Entretanto, para fazê-lo, optamos por apresentar esses argumentos levantados por Santos, para em seguida discuti-los de modo relacional.

Santos afirma que o conhecimento sobre o território se impõe, hoje, como condição histórica para compreensão do mundo. É ele, o território, afirma o autor, o lugar em que desembocam todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, ou seja, é onde a história do homem se realiza na plenitude, partindo das manifestações de sua existência. Ele procura, então, mostrar como se dá a relação entre dinheiro e território. Antes, porém, lhe importa definir o significado dessas palavras.

Santos usa o termo *território usado* para ampliar e definir esta categoria como verdadeiramente analisável. Assim, o *território usado* é representado pelo chão mais a identidade, identidade essa que se manifesta no sentimento de pertencimento. “O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” Também a ideia de nação ou Estado Nacional decorre da relação profunda com essa categoria, pois que são interdependentes. “É o

território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois se aperfeiçoe” (SANTOS, 2002:10). Já o dinheiro, o autor afirma que é o resultado de uma vida econômico complexificada ao longo do tempo, tornando-se um equivalente geral de todas as coisas e destinado ao comércio; é, portanto, a medida do valor dado ao trabalho e a seus resultados.

Santos apresenta um panorama histórico desses dois conceitos. Assim, o dinheiro, a princípio, era algo local, limitado espacial e economicamente. Nesse momento, o território é muito determinado pelas características naturais. Desse modo, os homens e aquilo que produziam detinham uma tecnicidade rudimentar e restrita, como um prolongamento do braço. Nesse contexto, continua Santos, as relações eram também simples devido ao pouco conhecimento que se tinha sobre as forças da natureza e as relações sociais com o território eram medidas pelo uso que se fazia dele no trato com essa mesma natureza. A esse respeito o autor argumenta, então, que o território nessa época, usado por uma sociedade localizada, era o regente do dinheiro.

Santos nos conta que ao longo do tempo as noções de dinheiro e território sofreram grandes mudanças, complexificando-se devido “à ampliação das trocas, à amplificação do comércio, com a interdependência crescente entre as sociedades, com a produção de um número maior de objetos e de um número maior de valores a trocar.” (SANTOS, 2002:11) Esse processo foi seguido da necessidade de se criar mecanismos reguladores e informacionais; o dinheiro assume, então, esse papel. A ideia de troca também assume outra função, tornando-se, até mesmo, mais importante que o uso, comandando-o. “A circulação ganha sobre a produção o comando da explicação, porque ganha sobre a produção o comando da vida.” Essa compreensão, afirma o autor, é fundamental para entender a mudança de relação do homem com a natureza e com os lugares. A complexidade das relações que se engendram impõe a necessidade de uma regulação maior do dinheiro; o Estado Nacional, então, fica responsável por reger os limites, a produção, a distribuição, a garantia de trabalho, a garantia de solidariedade e a busca de qualidade na existência.

Na fase da globalização, porém, o dinheiro se torna global, cada vez mais fluido e veloz, processo imensamente facilitado pelas técnicas de informação. Em contrapartida, o autor afirma que, nesse processo, o território ainda resiste, na medida em que pode ser definido em suas desigualdades, pois o dinheiro aparece de diferentes formas e lugares. E dá o exemplo do Brasil, onde o dinheiro aparece em todas as modalidades possíveis em cidades como São Paulo, mas que, em lugares pobres e

isolados do país, não se usa mais que o dinheiro-moeda. É o que ele chama de *zonas de condensação* e *zonas de rarefação* do dinheiro. Mas o dinheiro que a tudo comanda, que impõe caminhos às nações, reforça Santos, é o global, fluido, invisível, abstrato, despótico, também chama de dinheiro puro. Esse dinheiro se sustenta num sistema ideológico, é autônomo e impõe normas e leis que contam, fundamentalmente, com os mecanismos de informação, geralmente enviesados, distorcidos: “o dinheiro em estado puro nutre-se de informação impura”, caracterizando, portanto, de modo interdependente, as ditadura do dinheiro e da informação. A informação, o bombardeio das mídias, por sua vez, permite uma materialidade à ideologia, impondo as lógicas do dinheiro à própria vida social. “O dinheiro cria sua lei e a impõe aos outros, forçando mimetismos, adaptações, rendições, a partir de duas outras lógicas complementares: a das empresas e a dos governos mundiais” (SANTOS, 2002:13).

As empresas, regidas pela lógica da competitividade, assumem essa face cada vez mais global que, por meio de fusões, diminuem os atores globais a disputar cada espaço do mercado, por menores que sejam, em função do que podem ou não oferecer, caracterizando a globalização. Essa lógica escapa aos Estados, sendo, portanto, representadas pelos governos globais que, a seu turno, aparecem na forma de um Fundo Monetário Internacional, de um Banco Mundial, através das determinações de Washington e até mesmo pela via das Universidades produtoras de ideias de globalização, afirma Santos.

Nesse contexto, então, as contabilidades nacionais servem a uma contabilidade global. Assim, se antes o território usado regulava o dinheiro, agora ocorre uma inversão, e é o dinheiro que rege os territórios, aquele dinheiro invisível e despótico. Dessa maneira, o território não se regula a si mesmo, gerando um sentimento de instabilidade e medo internos que, segundo o autor, “convoca a apoiar aquilo em que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais”, é uma globalização perversa.

Reitera, ainda, que esse é o problema vivido pelo Brasil. Que o dinheiro em estado puro e a presença das empresas globais, apoiadas nos governos globais, provocam uma desorganização e uma desagregação interna, que tornaram o território brasileiro ingovernável em todas as escalas, há uma existência sem autonomia, o que se torna mais crônico no país ainda pela ausência de uma verdadeira cidadania, “jamais tivemos cidadãos, [e isso] faz com que a fluidez dessas forças de desorganização se estabeleça com a rapidez com que se instala.” (SANTOS, 2002:15).

Partindo desse quadro metodológico oferecido pelas considerações de Santos, podemos dizer que o contexto relacionado ao golpe de 1964 no Brasil, toda a crise política que se verificou durante o governo Goulart e os *idos* do regime, e que foram apresentados por Pedrosa e descritos em parte nesta análise, se não foram o princípio e nem o fim dessa situação *ingovernável* em que o país se colocou, ou pela qual *optou*, trata-se de um momento decisivo para que tal conjuntura se afirmasse. Nesse sentido, Pedrosa tem, sem dúvida, o mérito, e certamente não é o único, de perceber e analisar a situação política subalterna do país, mascarada por inúmeros argumentos velados pelo governo militar e pelos Estados Unidos e fazer uma crítica aberta a esse regime no processo. De outro lado, as categorias centrais que Santos relaciona, a saber, o território ou território usado, o dinheiro e a ditadura do dinheiro, associados às mídias com a ditadura da informação e, ainda, ao processo de globalização podem ser verificados nessa conjuntura, se não como um processo fechado, o que é certo, mas em continuidade inabável.

Quando os Estados Unidos, com apoio do governo brasileiro, já em poder dos militares, consentem que se redefina o conceito de independência, na verdade, substituindo-o pela ideia de interdependência; sob o argumento de uma “nova soberania” esse processo afeta diretamente as funções do Estado Nacional ou do território que, abdicando da integridade de suas fronteiras passam a receber determinações de um “outro”, representado pelo imperialismo norteamericano estabelecendo acima de tudo um encontro desproporcional com acordos que beneficiam em grande medida o grupo externo. O país sofre a ditadura do dinheiro que passa a ser o regente desta nação, direta e indiretamente em suas táticas, especialmente com o auxílio das mídias. Esta que faz penetrar pouco a pouco ideias irracionais, reforçando uma “guerra psicossocial”, cria um inimigo a ser combatido, neste caso o comunismo, a insuflar um verdadeiro delírio coletivo, um sentimento de medo, no qual se firmam para obter o apoio convocando a todos a apoiar a supressão da soberania e a decretar uma existência sem autonomia para o território. Entretanto, Santos diz que há formas de defender o território da ditadura do dinheiro e das mídias impostas pelos governos e empresas globais e, assim, reorganizar o território, é a cidadania. Porém, ressalva “no caso do Brasil isso é grave, porque o fato de que jamais tivemos cidadãos, faz com que a fluidez dessas forças de desorganização se estabeleça com rapidez.” (SANTOS, 2002:15) Pedrosa chamou bem a atenção para a forma relativamente tranquila na qual o regime fora implementado.

Assim, embora a análise de Santos remonte a uma conjuntura mais recente, ele mesmo, porém, afirma que representam considerações metodológicas, desse modo, parece razoável considerar que, quando ele afirma que o Brasil tornou-se um território ingovernável graças a imposição dos interesses dos governos globais que representaram um fator de desorganização e desagregação do Estado, a conjuntura do golpe vem para afirmar ainda mais os caminhos do país à essa situação, e nas afirmações de Pedrosa foi uma opção.

BIBLIOGRAFIA:

GERASSI, John. *A Invasão da América Latina*. Ed. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1965.

NETO, Araújo. *A Paisagem*. In: *Os Idos de Março*. RJ: Editora José Álvaro, 1964.

PEDROSA, Mário. PEDROSA, Mário. *A Opção Brasileira*. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1966

_____. *A Opção Imperialista*. RJ: Editora Civilização Brasileira, 1996.

SANTOS, Milton. *O Dinheiro e o Território*. In: *Território Territórios*. Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo_UFF/AGB – Niterói. 2002.

Outras fontes:

- O conceito território segundo Milton Santos. In: <http://www.proext.ufpe.br/pontao/images/stories/documentos/texto%20conceito%20de%20territrio.pdf> [acesso em 26/08/2012 às 20:50]

- Milton Santos – Uma apreciação. In: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/10_2_apreciacao.pdf 20:54